

NARRATIVAS DE PROFESSORES SUPERVISORES NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: NORMATIVAS E ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Raimunda Aurilia Ferreira de Sousa ¹
Maria Arleilma Ferreira de Sousa ²

RESUMO

O estágio curricular supervisionado é uma etapa muito esperada e de grande importância nos cursos de formação de professores, sendo um momento de aprendizagem do exercício da docência por parte dos estudantes estagiários, e também um momento que possibilita maior diálogo entre a universidade e escolas campo. Por mais que cada instituição de ensino superior que oferta estágio siga o que recomenda a legislação nacional para estágios supervisionados obrigatórios no Brasil, cada universidade possui especificidades quanto as suas normativas para esse componente, assim como os departamentos de cursos. Esse processo está relacionado as especificidades e realidades tão diversas nos cursos de formação de professores, do público-alvo, da especialização geográfica do campo de estágio, e sobretudo, das condições dadas aos professores supervisores de acompanharem seus estudantes nas atividades de estágio por parte das instituições de ensino. Nesse sentido, o presente estudo visa discorrer sobre as experiências na supervisão de estágio e suas complexidades a partir das impressões de duas professoras supervisoras. Os procedimentos metodológicos são pautados na revisão bibliográfica sobre a temática empreendida, apresentação das legislações de estágio das instituições do qual as supervisoras relatam suas impressões, a saber: Universidade Regional do Cariri – URCA, localizada no Estado do Ceará, e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, localizada no Estado do Rio Grande do Norte, além das narrativas das supervisoras quanto as suas experiências no campo de estágio, principais desafios e estratégias de acompanhamento dos estudantes estagiários. Constata-se a forte influência da cultura institucional nas práticas referentes aos estágios supervisionados, impactando diretamente na prática docente e na forma como os estágios são conduzidos nos cursos de formação de professores.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado, Supervisão de Estágio, Narrativas, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado nos cursos de formação de professores consiste em etapa obrigatória e também fundamental no processo formativo, não apenas no sentido de cumprir com a legislação vigente, mas também como forma de auxiliar o(a) futuro(a) professor(a) na construção da sua prática docente, como também enquanto possibilidade de aproximar a universidade do chão da escola na resignificação de saberes.

Nesse sentido, pensar a formação docente consiste em considera-la como um processo, através da construção de conexões estabelecidas a partir do somatório das singularidades nas

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, professora adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, raimundaaurilia@uern.br;

² Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, arleilmasousa@hotmail.com.

histórias de vida dos sujeitos, como também de suas trajetórias de escolarização. Dito isso, Lima (2012) ressalta que a aprendizagem da profissão docente pode envolver três dimensões, a saber: a aproximação do estudante estagiário com os profissionais da educação – que vai muito além do contato com profissionais da sua área de formação específica - e com o exercício do magistério, as memórias afetivas desses estagiários quanto a práticas significativas de antigos professores da educação básica, e a leitura pedagógica sobre a formação do professor.

Considerando o papel formativo dos estágios supervisionados e das especificidades assumidas na realização desse componente pelas instituições de ensino superior, atrelado a fatores de cultura institucional, as especificidades e realidades tão diversas nos cursos de formação de professores, do público-alvo, da espacialização geográfica do campo de estágio, e sobretudo, das condições dadas aos professores supervisores de acompanharem seus estudantes nas atividades de estágio por parte das instituições, o presente trabalho procura discutir sobre as experiências na supervisão de estágio e suas complexidades a partir das impressões de duas professoras supervisoras.

Os procedimentos metodológicos são pautados na revisão bibliográfica sobre a temática empreendida, apresentação das legislações de estágio das instituições do qual as supervisoras relatam suas impressões, a saber: Universidade Regional do Cariri – URCA, localizada no Estado do Ceará, com foco para o estágio no curso de História, e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, localizada no Estado do Rio Grande do Norte, com foco para o estágio no curso de Geografia, além das narrativas das supervisoras quanto as suas experiências no campo de estágio, principais desafios e estratégias de acompanhamento dos estudantes estagiários.

Destacamos que a supervisão acadêmica é fator fundamental para auxiliar no bom andamento das atividades de estágio nas instituições, além de estimular o debate/reflexão/ação do exercício de aprendizagem da prática docente. O comprometimento e a responsabilidade na garantia de que o estudante estagiário cumpra com rigor essa etapa em seu processo formativo, perpassa pela atuação do supervisor acadêmico, além dos demais sujeitos envolvidos na sua efetivação, associados ao lugar dos estágios supervisionados obrigatórios nos cursos e legislações específicas das instituições de ensino superior.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO NAS LICENCIATURAS: NORMATIVAS E DIRECIONAMENTOS

A história da formação docente no Brasil é permeada por movimentos díspares que vem se desenvolvendo ao longo do tempo, é marcada por disputas e, conseqüentemente, resistências frente ao processo de profissionalização, reconhecimento e valorização do professor (VICENTINI; LUGLI, 2009). Nesse sentido, para compreender o processo de profissionalização dos professores na contemporaneidade se faz necessário remeter a alguns marcos legais que embasam a atual configuração das normativas referentes aos cursos de formação inicial de professores.

A Carta Constitucional de 1988 é o resultado do processo de lutas políticas e sociais em torno da redemocratização. Considerada na época como Constituição cidadã por enfatizar direitos até então negligenciados pelo poder público, no quesito educação o documento apresenta um conjunto de metas que deveriam ser atingidas. Importante lembrar que o Brasil estava muito atrasado em relação aos outros países no tocante a educação, tendo uma parte significativa da população não alfabetizada e os índices educacionais demonstrando um déficit considerável na aprendizagem dos alunos da rede básica de ensino.

Nesse sentido, uma das estratégias adotadas para sanar tais problemas foi a valorização do magistério, nos termos da lei: “valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas” (BRASIL, 1988, p. 123). Os governos democráticos pós 1988 pouco conseguiram pôr em prática os indicativos do documento constitucional.

Chegamos aos anos de 1990 arrastando as demandas educacionais não resolvidas no período da ditadura militar, e tampouco solucionada nos anos posteriores. A chegada presidencial de Fernando Henrique Cardoso, comungou com a intervenção de organismos internacionais e conseqüentemente de suas demandas, no cenário educacional brasileiro. Nesse contexto foi elaborado o segundo documento que embasa a educação na contemporaneidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A LDB de 1996, deixou claro a necessidade de uma política de formação de professores, nesse sentido enfatizou a urgência de uma preparação formativa mínima para o exercício da docência:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, p. 26)

Ou seja, de acordo com as diretrizes legais, para o exercício da docência na educação básica é necessário, no mínimo, a formação inicial em curso de nível superior. Sendo necessário ao longo do processo de profissionalização a: “prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas” (BRASIL, 1996, p. 26). Nesse sentido, algumas políticas de formação de professores, bem como de valorização do magistério, foram implementadas a partir da LBD (1996), com a finalidade imediata de alguns governos, solucionar o déficit na formação docente, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 1 – Políticas educacionais de formação docente e valorização do Magistério

Governo	Programa de Formação	Política de Valorização
FHC (1995-1998; 1999-2002)	Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO).	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).
Lula (2003-2006; 2007-2010)	Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB; Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID; Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR	Fundo de manutenção de desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); Piso Salarial do Magistério; Programa Nacional de Formação de Professores.
Temer (2016-2018)	Programa de Residência Pedagógica	-

FONTE: Elaborado pelas autoras.

Podemos observar que o governo de FHC iniciou as políticas de formação e valorização do magistério na contemporaneidade brasileira, assim também, como o período compreendido entre 2003 a 2010 apresentou um maior quantitativo de iniciativas de formação e valorização do magistério, evidenciando as prerrogativas do governo Lula no quesito educação. No governo Temer foi promulgado o Programa de iniciação à docência, semelhante ao PIBID, já então implementado, o Residência Pedagógica. Outras iniciativas de seu governo se restringiram ao campo da regularização do ensino médio, através da Reforma do Ensino Médio (2017) e da aplicação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017).

Entre os marcos legais que apresentam uma agenda voltada para abranger metas e objetivos a serem atingidos pela educação básica, bem como a valorização do magistério e a formação de professores, podemos destacar os Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014. Com durabilidade de 10 anos, cada PNE teve como finalidade no quesito profissionalização docente, a formação inicial em cursos de nível superior de todo corpo de professores que atuam

na educação básica (BRASIL, 2001), bem como o incentivo à formação continuada de pelo menos 50% desses profissionais (BRASIL, 2014).

Assim, a estrutura curricular dos cursos de formação inicial de professores também vem sendo reformulada e reajustada de acordo com as necessidades. O Conselho Nacional de Educação sancionou em 2015 que os cursos de licenciatura devem ter pelo menos 3.200 horas de atividades acadêmicas distribuídas em 4 anos, 8 semestres. No tocante a prática de estágio supervisionado curricular o documento enfatiza a necessidade de: “400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica”. (BRASIL, 2015, p. 11).

Outrossim, o Conselho Nacional de Educação atualizou as normativas em 2019 dividindo o processo de formação inicial em grupos. A carga horária total dos cursos de licenciatura permaneceriam com 3.200 horas, entretanto seria distribuída da seguinte forma:

Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora. (BRASIL, 2019, p. 4-5)

Ou seja, os alunos dos cursos de licenciatura teriam uma aproximação maior com o ensino e suas demandas ao longo do curso, tendo contato com as disciplinas pedagógicas desde o início de sua inserção na licenciatura, e não apenas tardiamente, já próximo de adentrarem no campo de estágio. Dessa forma, caberia aos cursos de formação de professores adequarem seus Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, de acordo com as prerrogativas legais e atendendo as demandas necessárias para a promoção da formação docente.

SER PROFESSORA SUPERVISORA NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA: LEGISLAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE SUPERVISÃO NAS ESCOLAS CAMPO.

A Universidade Regional do Cariri -URCA, tem sua sede oficial na região do Cariri cearense, a criação do curso de Licenciatura em História antecede a criação da própria universidade, haja vista que fora criado em 1959 na antiga Faculdade de Filosofia do Crato (FFC). A data de instalação e início da primeira turma se deu a partir de 1960 (PIERRE, 2010). Assim, o curso de História da URCA conta com mais de 60 anos de existência. No caminho percorrido ao longo do tempo algumas mudanças significativas ocorreram, como o fato de

alguns ex-alunos da Licenciatura em História tornarem-se professores do curso. A diversificação de perfis do curso e sua ampliação se deu mediante processos seletivos e concursos públicos para a contratação de novos professores, sejam efetivos ou substitutos. Nesse sentido, foram construídos novos projetos pedagógicos do curso, amparados nas políticas públicas e nas legislações atuais.

Masetto (2012) enfatiza a importância do Projeto Pedagógico para o exercício em sala de aula, sendo esse documento essencial para o conhecimento do docente ao planejar suas aulas e estabelecer relações com as outras disciplinas do curso, além de possibilitar sentido e compromisso da Universidade com a sociedade.

Diz-se que o projeto pedagógico é um projeto político porque estabelece e dá sentido ao compromisso social que a instituição de ensino superior assume com a formação de profissionais e de pesquisadores cidadãos que, na sociedade em que vivem, trabalhando como profissionais, pesquisadores ou cientistas, desenvolvem sua participação e compromisso com a transformação da qualidade de vida dessa sociedade. (MASETTO, 2012, p. 70)

A experiência profissional desenvolvida ao longo de 13 anos no curso de História da URCA, possibilitou o contato com as mais diversas disciplinas e o direcionamento específico para a área de prática de ensino e acompanhamento dos estágios curriculares supervisionados. Ao longo dos últimos anos, foi construído mediante o trabalho em equipe dos professores do departamento que atuam nessa área, o Núcleo de Prática de Ensino. A experiência foi bastante exitosa. O Núcleo englobou todos os profissionais que lecionavam as disciplinas didático-pedagógicas do curso para o planejamento das atividades que deveriam ocorrer ao longo de cada semestre, bem como a organização estrutural das instituições municipais e estaduais que recebem os alunos para a realização da prática de estágio, assim também, como para a aplicabilidade dos projetos de iniciação à docência, como o Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID e a Residência Pedagógica.

A título de exemplificação de experiência, o projeto de monitoria desenvolvido ao longo de 2017, na disciplina de Estágio Supervisionado I, vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD/URCA), contou com a atuação de um bolsista de graduação, um estudante regularmente matriculado no Curso de História e que já havia cursado a disciplina. O projeto nomeado *Construindo Identidades: Cultura (s), sujeito(s) e Cidadania na formação de professores do curso de História da URCA*. Na época, outros profissionais do Núcleo de Prática de Ensino também trabalharam com projetos de monitoria no decorrer do semestre letivo, elencando temáticas a serem desenvolvidas ao longo do estágio. Essa estratégia foi pensada como uma maneira de unir forças para a realização do sinuoso e engenhoso trabalho de formação docente nos estágios supervisionados.

No período de construção do Núcleo de Prática de Ensino e de elaboração e aplicação dos projetos de monitoria nas disciplinas de estágio, o Projeto Pedagógico do Curso de História em vigor era o PPC de 2005.1. Nele, a carga horária dedicada ao Núcleo de Estágio Supervisionado foi dividida em três disciplinas, a saber: Estágio Supervisionado I, II e III. Cada uma delas possuía nove (9) créditos, correspondente a 135h, o que totalizava 27 créditos e 405h. (UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, 2005).

Outra experiência de sucesso desenvolvida nesse contexto foram os Seminários de Estágio, evento organizado e desenvolvido pelo Núcleo de Prática de Ensino e alunos matriculados nas disciplinas de estágio. O primeiro Seminário de Estágio Supervisionado em História aconteceu nas dependências da URCA, Campus Pimenta, Crato/CE, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2016, período correspondente ao final do semestre letivo, tendo como tema: *Linguagens e Sensibilidades*. Essa primeira experiência teve uma boa participação dos alunos da graduação do curso de História da URCA e de estudantes de outros cursos da Instituição. Durante o evento tivemos mesas – redondas e grupos de trabalhos para socializar as experiências dos estágios.

O segundo evento dessa natureza aconteceu na URCA, Campus Pimenta, Crato, CE, nos dias 26 e 27 de maio de 2017, também em alusão à socialização dos trabalhos de final de semestre, e teve como temática: *Cultura(s), Sujeito(s) e Cidadania*. Esse evento foi marcado por um maior envolvimento do Departamento de História da URCA e dos estudantes, pois não apenas os alunos matriculados nas disciplinas de estágio participaram, mas o curso de forma geral, além do Curso de Segunda Licenciatura em História, o PARFOR e os estudantes/professores cursistas do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/URCA), que atuaram na organização, na composição das mesas - redondas e na coordenação dos grupos de trabalho, bem como a participação dos professores da rede básica de ensino que supervisionam os estágios nas escolas campo.

Essas experiências foram extremamente significativas para o processo de formação inicial e continuada de todas as pessoas diretamente envolvidas. No decorrer desse processo o Projeto Pedagógico do Curso – PPC sofreu transformação ficando com a seguinte configuração: Estágio I, apenas para discussão teórica sobre os fundamentos do ensino de História; Estágio II, voltado para atividades em espaços não escolares como museus e arquivos; Estágio III, cujo objetivo é observar o funcionamento das instituições públicas de Ensino Fundamental (anos finais); Estágio IV, quando os estudantes realizam o estágio de regência em instituições de Ensino Fundamental (anos finais) e por fim Estágio V, que consiste em regência em escolas de

Ensino Médio. “As cinco disciplinas do Núcleo de Estágio Supervisionado, totalizam 27 créditos e 405h”. (UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, 2013).

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do Curso construído em 2013 e estando ainda em processo de aplicabilidade nos dias atuais, enfatiza a importância de firmarmos uma posição na profissão da docência (NÓVOA, 2017), colocando o estágio curricular supervisionado como área essencial para o processo de formação inicial. No transcorrer do tempo uma nova legislação necessitou que as atividades de estágio fossem atualizadas, assim o Projeto Pedagógico do Curso – PPC (2018), elencou que o estágio deveria ser planejado e executado durante todo o período da graduação:

O estágio curricular do nosso curso será pensado durante todo o processo de formação do aluno no curso de graduação e não como uma prática de terminalidade, o qual deve ser planejado, supervisionado e integrado com a formação teórico-metodológica do historiador. Deverá constituir-se no momento importante de iniciar o exercício de domínio das competências e habilidades exigidas pelo fazer histórico e pedagógico, o qual supõe o “pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão”, conforme exige o novo perfil do formando em História. (UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, 2018, pág. 65)

Entretanto, seguindo as normativas referente a aprovação da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica – BNC Formação (2019), o documento do PPC (2018) do curso de História da URCA, bem como das mais diversas IES de ensino superior do Brasil, necessitou ser reformulado, devido a pandemia os prazos foram estendidos permanecendo ainda nas tramitações burocráticas, não sendo implementado até então.

O público estudantil que compõe a URCA, sobretudo do curso de História, pertence as mais diversas cidades circunvizinhas, como também estudantes do estado de Pernambuco. A disparidade geográfica, a vulnerabilidade social do público e a falta de uma escola de formação da universidade, impossibilita que o estágio supervisionado seja realizado na cidade sede da URCA, dessa forma, os alunos dos cursos de formação de professores realizam suas práticas de estágio em suas cidades de origem, ficando o(a) professor(a) supervisor (a) do estágio mantendo encontros semanais com os estudantes para socialização das experiências, mantendo contato com os professores que acompanham os estagiários na escola através de mensagens de Whastapp e, quando possível visitando alguns espaços escolares para acompanhamento das atividades.

O estágio pode ser compreendido como um ritual de passagem no processo formativo, é o momento de construção da identidade docente, bem como de legitimação da profissão escolhida (PIMENTA, LIMA, 2011). Desenvolver o planejamento das disciplinas de estágio supervisionado, acompanhar a construção do plano de trabalho que os estudantes devem

desenvolver ao longo do estágio, e acompanhar todo o processo é extremamente gratificante, pois, possibilita o estreitamento dos laços entre educação de ensino superior e educação básica, além de contribuir com a formação continuada dos professores envolvidos.

SER PROFESSORA SUPERVISORA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE- UERN: LEGISLAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE SUPERVISÃO NAS ESCOLAS CAMPO

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN é uma instituição de ensino superior que oferece educação pública e gratuita no território potiguar. Sua sede está localizada na cidade de Mossoró, interior do Estado do Rio Grande do Norte. O curso de Geografia é oferecido nos campus de Mossoró, Pau dos Ferros e Assú. No campus de Assú, a criação do curso de Geografia se deu em 2011, sendo o curso mais recente do Campus Avançado Prefeito Walter de Sá Leitão, na cidade de Assú (primeiro campus avançado da UERN), que já dispunha dos cursos de bacharelado em economia e licenciatura em Pedagogia, História e Letras, atrelado a política de interiorização do ensino superior no vale do Açu (SILVA FILHO; CABRAL, LOPES, 2023).

O exercício de supervisão acadêmica do estagio supervisionado obrigatório no curso de Geografia da UERN, campus de Assú, se deu a partir de maio de 2021. Naquela ocasião, as atividades funcionavam no formato remoto tendo em vista a pandemia do COVID-19, representando para além das especificidades do estágio, um grande desafio em supervisionar estudantes estagiários em um formato bem distante do convencional. No tocante as suas características na UERN, o regimento para o estágio aprovado pela resolução nº 20/2023 (que revoga a resolução nº 06/2015) do Conselho de ensino, pesquisa e extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – CONSEPE/UERN destaca que devem ocorrer preferencialmente na cidade onde o curso é oferecido, ou seja, no município de Assú. Os estudantes que cursam Geografia e que conseqüentemente realizam seus estágios em escolas públicas de Assú são do próprio município ou da sua região imediata. Tendo em vista que o curso funciona apenas pela manhã, os estudantes realizam seus estágios no período da tarde.

No Projeto Pedagógico de Curso- PPC de 2018 (em vigência concomitantemente com o PPC de 2021, porém como até o momento não há nenhuma turma de estágio vinculada ao novo PPC, consideraremos o de 2018) os componentes de estágio, que possuem um total de 585 horas, estão distribuídos da seguinte forma: Orientação e estágio supervisionado em Geografia I, com carga horária de 150 horas, onde os estudantes desenvolvem atividades de

observação e realização de oficinas pedagógicas no ensino fundamental anos finais nas escolas campo; orientação e estágio supervisionado em Geografia II, com carga horária de 150 horas, onde os estudantes realizam estágio de regência e desenvolvem oficinas ou jogos pedagógicos no fundamental anos finais; orientação e estágio supervisionado em Geografia III, com carga horária de 150 horas, onde são desenvolvidas atividade de observação e realização de oficinas pedagógicas no ensino médio; orientação e estágio supervisionado IV, com carga horária de 135 horas, que tem como característica a realização da regência e aplicação de oficinas ou jogos pedagógicos no ensino médio. Eles também necessitam elaborar um plano de atividades relacionado ao estágio, a ser desenvolvido ao longo do semestre. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2018)

As oficinas pedagógicas no campo de estágio são obrigatórias, conforme o PPC do curso. Contudo, o núcleo de estágio do curso, representado pela coordenadora de estágio do curso e supervisores acadêmicos flexibilizaram para a possibilidade de realização de jogos pedagógicos nos estágios de regência. Para o produto final, nos estágios de observação são sugeridos a construção de portfólios analíticos e nos estágios de regência a produção de artigo científico.

No tocante ao acompanhamento e supervisão, conforme a legislação do campus, cada supervisor só pode acompanhar até 12 alunos por turma. Tendo em vista que os estágios ocorrem em escolas na cidade de Assú, o processo de supervisão ocorre de forma mais aproximada entre universidade e escola, facilitando visitas e acompanhamento in loco por parte do professor supervisor acadêmico. Geralmente os estágios ocorrem em duplas ou trios, a depender do campo de estágio, que se torna mais restrito direcionado apenas para escolas na cidade de Assú. Como não há uma contrapartida concreta para locomoção de estudantes e professores aos estágios em todo o município, ficamos concentrados apenas na cidade de Assú.

Uma atividade exitosa e que já faz parte do calendário acadêmico do curso, são os eventos de estágio supervisionado em geografia. É um evento que ocorre anualmente, já teve 5 edições, ocorrendo geralmente nos estágios de regência e consiste na socialização de atividades desenvolvidas pelos estudantes ao longo do estágio. Também participam desse evento os professores supervisores das escolas campo, representantes da gestão das escolas e também estudantes dessas escolas. É um momento importante de construção de conhecimentos e também da universidade estreitar relações com as escolas, apresentando também um retorno positivo a esse processo.

O núcleo de estágio costuma se reunir frequentemente para planejar e alinhar atividades entre os componentes do setor de prática de ensino, organizar documentos legisladores do

estágio no curso, além da produção de relatórios semestrais desenvolvidos para prestação de contas das atividades realizadas nos componentes de estágio. Todos os membros também participam de reuniões do Fórum Integrado de Ensino dos cursos de Licenciatura – FIEL, que planeja o estágio supervisionado obrigatório nos cursos de licenciatura de toda a UERN. É um momento de troca de experiências muito importante e que auxilia numa oferta de qualidade dos estágios supervisionados.

Nesse sentido, apesar dos desafios cotidianamente surgidos, sobretudo relacionado a não compatibilidade entre o calendário acadêmico da UERN e o calendário das escolas, a supervisão do estágio supervisionado em Geografia tem possibilitado a ressignificação do arcabouço teórico prático da docente supervisora, assim como do estágio enquanto campo de pesquisa e de reflexão da prática docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características e os diferentes processos que envolvem os estágios supervisionados nos cursos de licenciatura são resultado da implementação de importantes políticas de formação e valorização docente, através de marcos legais. Não podemos perder de vista a trajetória da formação de professores no Brasil, que se constrói através de um processo contraditório entre incentivo a valorização e precarização do trabalho docente, sendo marcada por disputas e, conseqüentemente, resistências frente ao processo de profissionalização, reconhecimento e valorização do professor.

Através dos relatos de experiência das professoras enquanto supervisoras acadêmicas em duas instituições de ensino superior distintas, constata-se a forte influência da cultura institucional nas práticas referentes aos estágios supervisionados, assim como as especificidades da realidade dos sujeitos envolvidos, impactando diretamente na prática docente e na forma como os estágios são conduzidos nos cursos de formação de professores.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação** – 2015. Brasília, 2015.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação** – 2019. Brasília, 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: centro gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE 2001**. Brasília, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE 2014**. Brasília, 2014.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e aprendizagem da profissão docente**. Brasília: Liber livro, 2012.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2012.

NÓVOA, Antonio. **Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente**. IN: NÓVOA, Antonio. Cadernos de Pesquisa. V. 47; Out\dez 2017.

PIERRE, João Teófilo. **URCA: Do sonho ao credenciamento – Resgate Histórico e Documental**. Fortaleza: Premius, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA FILHO, Raimunda Inácio da Silva; CABRAL, Marlúcia Barros Lopes; LOPES, Nalígia Bezerra. Curso de Geografia em Assú: gênese de um projeto para o desenvolvimento regional. In: PEREIRA NETO, Manoel Cirício; GUEDES, Josiel de Alencar; FREIRE, Heronilson Pinto (orgs.). **Uma Década de Geografia no Vale do Açu**: itinerários do curso de Geografia da Uern, Campus de Assú, no Seminário Potiguar. Mossoró, RN: Edições UERN, 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. CONSEPE. **RESOLUÇÃO N.º 20/2023 – CONSEPE**. Regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório nos Cursos de Licenciatura da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Uern e revoga a Resolução nº 06/2015 – Consepe, 2023. Disponível em: <https://portal.uern.br/proeg/wp-content/uploads/2023/08/Resolucao-no-20-2023-CONSEPE-Regulamenta-Estagio-Curricular-Supervisionado-Obrigatorio-nos-Cursos-Licenciatura-Uern-e-revoga-Resolucao-no-06-2015.pdf>. Acesso em: 25/09/2023

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em História 2018.1**. Crato, URCA, 2018 (mimeo).

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA). **Projeto Político Pedagógico do Curso de História 2005.1**. Crato. URCA, 2005 (mimeo)

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA). **Projeto Político Pedagógico do Curso de História 2013.1**. Crato, URCA, 2013 (mimeo).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN). **Projeto Pedagógico do Curso de Geografia**. Assú, UERN, 2018.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.